

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA			
	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

Government Press

Administração da Imprensa Nacional

Notice

The subscribers to the Government Gazette are kindly reminded that their present subscription term ends on the 31st of March 1967, which is the close of the financial year.

In case they wish to continue to be subscribers for the ensuing financial year they should renew their subscriptions from 1st April next.

Failure in renewing the subscription in time will result in interruption in the dispatch of copies of the Gazette.

It should be noted that subscribers are entitled to receive copies of the Gazette only from the date the subscription rates have been actually paid.

Aviso

Os assinantes do (Boletim Oficial) cujos períodos de assinatura expiram em 31 de Março do corrente ano, são avisados de que as devem renovar a partir de 1 de Abril próximo, caso desejem continuar como assinantes para o próximo ano económico, a fim de não sofrer interrupção na remessa do Boletim.

Deve-se notar que os assinantes terão direito a receber os exemplares do Boletim somente a partir da data em que a taxa de assinatura tenha sido efectivamente paga.

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

Secretariat

ORDER

I&L/CEE/902/67/618

Read: Order No. I&L/CEE/902/66/1107 dated 14-4-1966 extending the reemployment of Shri M. S. Saiyed, upto 12-4-1967 A. N.

Consequent on the expiry of his term of reappointment on 12-4-1967, Shri M. S. Saiyed Assistant Engineer (Electrical) Damam is hereby relieved of his post with effect from 12-4-1967 A. N.

Shri S. P. Dabla, Deputy Executive Engineer, in the office of the Executive Engineer, Mapuca is hereby transferred with effect from 13-3-1967 to Damam to hold charge of the Construction Cum O&M Sub-Division Damam after Shri M. S. Saiyed is relieved on 12-4-1967 A. N.

The transfer T. A. and joining time will be admissible to Shri S. P. Dabla according to rules.

Sanction is also accorded to the temporary transfer of one additional post of Deputy Executive Engineer/Asst. Engineer to Damam with effect from 13-3-1967 in addition to the existing one post at Damam which will be continued for a period upto and for 12-4-1967 A. N.

B. R. Basu, Secretary, Industries & Labour.

Panaji, 7th March, 1967.

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Secretaria

Portaria

I&L/CEE/902/67/618

Ref: Portaria n.º I&L/CEE/902/66/1107, de 14 de Abril de 1966, prorrogando a readmissão do Sr. M. S. Saiyed até 12 de Abril de 1967, após o meio-dia.

Em consequência de ter expirado o seu termo de renomeação, em 12 de Abril de 1967, o Sr. M. S. Saiyed, engenheiro assistente (eléctrico) de Damão, é exonerado do seu cargo, a partir de 12 de Abril de 1967, após o meio-dia.

O Sr. S. P. Dabla, engenheiro executivo adjunto, da Reparação do Engenheiro Executivo, de Mapuca, é transferido para Damão, a partir de 13 de Março de 1967, devendo ficar encarregado da sub-divisão de construções eléctricas de Damão, após ter sido dispensado o Sr. M. S. Saiyed, em 12 de Abril de 1967, após o meio-dia.

O subsídio de deslocamento, devido a transferência, e o subsídio quando entrar no exercício das funções será pago ao Sr. S. P. Dabla, conforme as normas em vigor.

É também autorizada a transferência temporária do lugar adicional de engenheiro executivo adjunto/engenheiro assistente para Damão, a partir de 13 de Março de 1967, a acrescer ao lugar aí existente que continuará até 12 de Abril de 1967, após o meio-dia.

B. R. Basu, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 7 de Março de 1967.

ORDER

DF-115-FOR-67

Leave of 30 days with effect from 17th April 1967 with permission to prefix Sunday on 16th April, is sanctioned to Shri T. S. Bhat, Divisional Forest Officer, Ponda. The nature of leave will be notified later on.

After expiry of leave the services of Shri Bhat are replaced at the disposal of the Government of Maharashtra (with effect from 17th May, 1967 forenoon).

B. R. Basu, Secretary to Lt. Governor.

Panaji, 18th March, 1967.

Notification

SAD/PER/363

Shri Anand Swarup, on deputation from M. M. T. C. New Delhi, is appointed as Iron Ore Adviser to the Government of Goa, Daman and Diu, with effect from 14-3-1967 (Afternoon).

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

D. V. Sawant, Deputy Secretary (Appointments).

Panaji, 17th March, 1967.

General Administration Department

Office of the Collector of Goa

Order

LS/Reversion/1

Whereas the Mamlatdar of Satari in exercise of the powers given to him under Government of Goa, Daman and Diu Circular Order No. CDB/820/64 dated 26-4-1965 ordered the reversion of Government lands found uncultivated shown in the below schedule;

Whereas the said reversion was done after serving show cause notices on the parties concerned and after consideration of the claims thereof;

And whereas these reversion orders passed by the Mamlatdar of Satari are required to be ratified, in consideration of the provisions of Section 307 of Decree no. 3602 dated 24-11-1917;

Now therefore, I, D. K. Das, Collector of Goa, in exercise of the powers conferred to me under Government Notification No. DF-1161-AGR-65 dated 9-6-1966 order that the lands shown in the below schedule be reverted to the Government with effect from the date of orders of reversion passed by the Mamlatdar of Satari.

SCHEDULE

Designation and location of land	To whom assigned	Order of assignment	Order of reversion by Mamlatdar
(1)	(2)	(3)	(4)
1) Galam, situated at Nanell-Satari	Bernardo Justiniano Pinho	Title no. 1233 dated 10-2-1943	LND/19 dt. 2-6-1965
2) Tamdi Calmachi moli, situated at Buimpal — Satari	Xec Assan	Title no. 1271 dated 12-5-1943	LND/6 dt. 18-5-1965
3) Dongorvaddo, situated at Buimpal — Satari	Xec Abdul Reiman	Title no. 267 dated 18-9-1928	LND/8 dt. 18-5-1965
3) Dongorvaddo, situated at Buimpal — Satari	Sripada Sinai Xapurcar	Title no. 76 dated 29-10-1924	LND/12 dt. 18-5-1965

Portaria

DF-115-FOR-67

É concedida ao Sr. T. S. Bhat «Divisional Forest Officer», Ponda, licença de trinta dias a partir de 17 de Abril de 1967, sendo o mesmo autorizado a acrescentar à licença o feriado de 16 de Abril de 1967, domingo. A natureza da licença será definida ulteriormente.

Após o termo da licença os serviços do Sr. Bhat são repostos à disposição do Governo de Maharashtra (a partir de 17 de Maio de 1967, antes do meio-dia).

B. R. Basu, Secretário do Governador-tenente.

Panaji, 18 de Março de 1967.

Despacho

SAD/PER/363

O Sr. Anand Swarup, destacado em comissão de serviço do «M. M. T. C.», Nova-Delhi, é nomeado consultor em matéria de minério de ferro, do Governo de Goa, Damão e Diu, a partir de 14 de Março de 1967 (após o meio-dia).

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

D. V. Sawant, Secretário adjunto (Nomeações).

Panaji, 17 de Março de 1967.

Departamento da Administração Geral

Repartição do Collector de Goa

Portaria

LS/Reversion/1

Tendo em consideração que o Mamlatdar de Satari, no uso das faculdades que lhe foram conferidas pela circular-portaria n.º CDB/820/64, de 26 de Abril de 1965, ordenou a reversão dos terrenos do Estado abaixo mencionados por se ter verificado que os mesmos continuavam incultos;

Atendendo a que a referida reversão foi ordenada depois de terem sido avisadas as partes interessadas para apresentarem razões em contrário as quais foram devidamente consideradas;

Considerando que as ordens da reversão expedidas pelo Mamlatdar de Satari carecem de ser ratificadas como dispõe o artigo 307.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917;

No uso das faculdades que me são conferidas pelo despacho n.º DF-1161-AGR-65, de 9 de Junho de 1966, eu, D. K. Dás, Collector de Goa, determino que os terrenos indicados no quadro anexo revertam para o Estado a partir da data das ordens de reversão expedidas pelo Mamlatdar de Satari.

QUADRO

Denominação e localização do terreno	Nome do concessionário	Portaria da concessão	Ordem da reversão pelo Mamlatdar
(1)	(2)	(3)	(4)
1) Galam, situado em Nanell-Satari	Bernardo Justiniano Pinho	Título n.º 1233, datado de 10-2-1943	LND/19, datada de 2-6-1965
2) Tamdi Calmachi moli, situado em Buimpal — Satari	Xec Assan	Título n.º 1271, datado de 12-5-1943	LND/6, datada de 18-5-1965
3) Dongorvaddo, situado em Buimpal — Satari	Xec Abdul Reiman	Título n.º 267, datado de 18-9-1928	LND/8, datada de 18-5-1965
4) Dongorvaddo, situado em Buimpal — Satari	Sripada Sinai Xapurcar	Título n.º 76, datado de 29-10-1924	LND/12, datada de 18-5-1965

(1)	(2)	(3)	(4)
5) Oilo sorodo, situated at Cumarconda — Satari	Budo Santu Gauncar	Title no. 1356 dated 9-8-1944	LND/9 dt. 18-5-1965
6) Corgulechi mal, situated at Sonus Ounlem — Satari Taluka	Narayan Crisna Boto	Title no. 275 dated 9-10-1928	LND/11 dt. 18-5-1965
7) Ambeavoi-lem Advona & Goteavoi-lem advona, situated at Nagavem — Satari	Xec Inus Xec Ibraim	Alvara no. 1403 dated 10-1-1945	LND/3 dt. 18-5-1965
8) Apteachi moli, situated at Cumarconda — Satari	Daulatram Aparau Ranes	Title no. 1204 dated 30-12-1942	LND/14 dt. 18-5-1965
9) Deulacodil mol, situated at Nagavem — Satari	Xec Ismael Xec Abdul	Title no. 341 dated 4-9-1929	LND/2 dt. 18-5-1965

D. K. Das, Collector, Goa.
Panaji, 21st March, 1967.

Office of the District Magistrate of Goa

Order

DM/MAG/SD/268

This office Notification No. DM/MAG/SD/117 dated 4th February, 1966 delegating the powers to the taluka Magistrates for disposal of the unclaimed property under Section 25 of the Police Act, 1861 is hereby cancelled.

D. K. Das, District Magistrate.
Panjim, 21st March, 1967.

Home Department

Office of the Custodian of Evacuee Property

Notification

CEP/GDD/ACS/Powers/D-7030

In exercise of the powers vested in me by Section 8 (2) (m) of the Goa, Daman and Diu Administration of Evacuee Property Act, 1964, I, A. P. Agrawal, Custodian of Evacuee Property, delegate to Shri M. B. Patel, Assistant Civil Administrator-cum-Assistant Custodian of Evacuee Property, Diu the powers to hold hearings and dispose of Judicial Cases.

A. P. Agrawal, Custodian of Evacuee Property.
Panjim, 1st February, 1967.

Notification

In pursuance of sub-section (4) of Section 5 of the Goa, Daman and Diu Administration of Evacuee Property Act, 1964, the Custodian is pleased to notify for general information the list of the evacuee properties specified in the Schedule annexed hereto, which have vested in him.

(1)	(2)	(3)	(4)
5) Oilo sorodo, situado em Cumarconda — Satari	Budo Santu Gauncar	Título n.º 1356, datado de 9-8-1944	LND/9, dada de 18-5-1965
6) Corgulechi mal, situado em Sonus Ounlem — Satari	Narayan Crisna Boto	Título n.º 275, datado de 9-10-1928	LND/11, dada de 18-5-1965
7) Ambeavoi-lem Advona e Goteavoi-lem advona, situado em Nagavem — Satari	Xec Inus Xec Ibraim	Alvará n.º 1403, datado de 10-1-1945	LND/3, dada de 18-5-1965
8) Apteachi moli, situado em Cumarconda — Satari	Daulatram Aparau Ranes	Título n.º 1204, datado de 30-12-1942	LND/14, dada de 18-5-1965
9) Deulacodil mol, situado em Nagavem — Satari	Xec Ismael Xec Abdul	Título n.º 341, datado de 4-9-1929	LND/2, dada de 18-5-1965

D. K. Das, Collector de Goa.
Panaji, 21 de Março de 1967.

Repartição do Magistrado Distrital de Goa

Portaria

DM/MAG/SD/268

Fica sem efeito o despacho n.º DM/MAG/SD/117, de 4 de Fevereiro de 1966, delegando poderes aos Magistrados concelhas para dispor de propriedade não reclamada ao abrigo do artigo 25.º do «Police Act, 1861».

D. K. Das, Magistrado Distrital.
Pangim, 21 de Março de 1967.

Departamento do Interior

Repartição do Gestor da Propriedade dos Evacuados

Despacho

CEP/GDD/ACS/Powers/D-7030

No uso das faculdades que me são conferidas pelo artigo 8 (2) (m) de «Goa, Daman and Diu Administration of Evacuee Property Act, 1964», eu, A. P. Agrawal, Gestor da Propriedade dos Evacuados, delego ao Sr. M. B. Patel, Administrador Civil Assistente e Gestor Adjunto da Propriedade dos Evacuados, de Diu, poderes para dar audiências e dispor de casos judiciais.

A. P. Agrawal, Gestor da Propriedade dos Evacuados.
Pangim, 1 de Fevereiro de 1967.

Aviso

De harmonia com a alínea (4) do artigo 5.º de «Goa, Daman and Diu Administration of Evacuee Property Act, 1964» o administrador Civil Assistente e Gestor Adjunto da Propriedade dos evacuados abaixo descrito passou para a sua posse.

SCHEDULE

Sr. No.	Description	Locality
1.	A motor Car of «Plymouth» make type «Belvedere» registered U/No. AUP-04-79 and Motor No. LP.8-257018 LC.	Goa

Panaji, 25th February, 1967. — A. P. Agrawal, Custodian of Evacuee Property.

Planning and Development Department

Development Department

Order

CDB-Coop-Misc-MKT-67

Shri H. Krishnamurthy, Marketing Officer, Government of Goa, Daman and Diu is hereby declared as the State Marketing Officer for exercising the powers delegated to him by the Agricultural Marketing Adviser to the Government of India for implementation of the provision of the Agricultural Produce (Grading and Marketing) Act, 1937 and under the Rules framed for implementation of the Act from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

R. C. Datar, Under Secretary (Development).

Panaji, 16th March, 1967.

Office of the Registrar Cooperative Societies

PRD-(a)-7/Goa of 1967

Read: —1) This Office letters No. PRD-(a)-7/Goa dated 14-5-64, 29-10-64, 27-8-64 and 12-9-66 addressed to the Chairman, Madgaon Charamkar, Kamagar Sah. Sty. Ltd., Madgaon.

2) This Office notice No. PRD-(a)-7/Goa dated 4th January, 1967 issued to all Managing Committee members of the Madgaon Charamkar Kamagar Sah. Sty. Ltd., Madgaon, under section 78(1) of the Maharashtra Coop. Societies Act, 1960, as applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu, read with Rule 61(2) of the Cooperative Societies Rules, 1962.

3) Written replies to the aforesaid notice received from the Managing Committee members viz., Sarvashree — 1) Dinanath Yadav Mirajkar, 2) Ramnath M. Parsekar, 3) Viswanath N. Arlekar, 4) Gurudas S. Morajkar dated 24-1-1967 and 5) Keshav N. Patade dated 18-1-1967.

4) Letter No. VK/C/Sty/Salcete/8/5298 dated 28-12-1967 from the Manager, Goa State Coop. Bank Ltd., Panaji.

Sub: Supercession of the committee of management under Sec. 78(1) of the Maharashtra Coop. Societies Act 1960 as applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu read with Rules 61(1) of the Cooperative Societies Rules, 1962.

The Charamdyog Kamagar Sah. Society Ltd. Madgaon was registered on 29-7-1963 under registration No. PRD-(a)-7/Goa. The main object of the society is to improve the economic condition of the leather artisan members by providing them work. The society was given a loan of Rs. 5,000/- as a working capital loan but the said loan has not been used properly. So also the suggestions made from time to time to improve the working and rectify the irregularities have not been attended to and implemented by the management even in spite of repeated requests from this Office. Moreover,

QUADRO

N.º de série	Descrição	Localidade
1.	Um carro da marca «Plymouth Belvedere» matriculado sob o n.º AUP-04-79 e motor n.º LP. 8-257018 LC.	Goa

Panaji, 25 de Fevereiro de 1967. — A. P. Agrawal, Gestor da Propriedade dos Evacuados.

Departamento de Planificação e Fomento

Departamento de Fomento

Portaria

CDB-Coop-Misc-MKT-67

O Sr. H. Krishnamurthy, «Marketing Officer», do Governo de Goa, Damão e Diu, é designado como «State Marketing Officer», para exercer as faculdades delegadas nele pelo «Agricultural Marketing Adviser» do Governo da Índia, para execução do disposto no «Agricultural Produce (Grading and Marketing) Act, 1937», e ao abrigo do regulamento promulgado para execução das cláusulas do mesmo Act.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

R. C. Datar, Subsecretário (Fomento).

Panaji, 16 de Março de 1967.

the affairs of the society have been so grossly mismanaged that the society has sustained heavy losses. Heavy expenditure was made on items viz., opening ceremony, purchases of dead-stock etc. and even though the auditor had pointed out these discrepancies in his audit notes, they have not been taken seriously and the losses continued to be on increase. The meetings of the managing committee members were convened thrice to discuss about the further programme to be taken up to revitalise the working of the society but none of the managing committee members took interest in this and the meetings were fruitless. The society has failed to pay the instalments of Govt. loan and the same has become overdue. In the circumstances it is feared that by continuing the existing managing committee, the society's affairs instead of showing any improvement are likely to be further deteriorated.

A notice under Section 78(1) of the Maharashtra Coop. Societies Act, 1960 as applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu read with Rule 61(2) of the Cooperative Societies Rules, 1962 was issued to all the members of the managing committee of the Society requiring them to show cause as to why the managing committee should not be removed. Five members of the managing committee of the society have sent their replies stating that they have got no objection if the committee of the management is removed. The other two members including the Chairman have not at all sent their explanations.

In view of all the aforesaid facts and circumstances, I am of the opinion that the present managing committee is not performing its duties enjoined on it as per provisions of Act, Rules and Bye-laws of the society and its continuance is not conducive to the interest of the society. Therefore, in order to put the working of the society in order and to ensure proper implementation of the industrial development programme, I remove the managing committee of the society and pass the following order.

Order

In exercise of the powers vested in me under Sec. 78(1) of the Maharashtra Coop. Societies Act, 1960 as applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu, read with Rule 61(1) of the Cooperative Societies Rules, 1962, I Shri S. S. Bhende, Registrar of Coop. Societies, Goa, Daman and Diu, hereby remove the managing committee of the Charamdyog Kamagar Sah. Society Ltd., Madgaon, consisting of

seven members as mentioned below with effect from the date of issue of this order.

1. Shri Atmaram Lingu Kudalkar, Chairman.
2. Shri Keshav Patode, Member.
3. Shri Vishwanath Arlekar, Member.
4. Ramanath M. Parsekar, Member.
5. Vithaji K. Karande, Member.
6. Gurudas S. Morajkar, Member.
7. Dinanath Y. Mirajkar, Member.

Under Section 78(1)(b) of the aforesaid Act, in place of the above managing committee, I hereby appoint Shri A. Y. Gore, Senior Auditor, Coop. Societies, Madgaon as the Administrator to manage the aforesaid society for a period of one year in the first instance.

ADM-ABM-R-Nominee/66

Read: Government letter No. CDB-Coop.-Misc.-2711-66 dated 1st December, 1966, from Under Secretary (Development) Govt. of Goa, Daman and Diu.

Order

Whereas in virtue of powers vested in him under section 93(1) of the Maharashtra Cooperative Societies Act 1960 as

applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu read with Rule 73 of the Cooperative Societies, Rules 1962 the Registrar of Cooperative Societies Goa, Daman and Diu, Panaji is pleased to appoint the following persons to perform the duties of the Registrar's Nominees for deciding the disputes arising in any of the Cooperative Societies within Goa area for the period from the date of this order to 30-6-1967.

Sr. No.	Name of the person with qualification	Address
1.	Shri Bhavani Sinai Ramani, Solicitor & Advocate.	Rua Jose Falcao, Panjim.
2.	Shri Ranganath Ganasham Sinai Cacodkar, Advocate.	Corchorem — Goa.
3.	Shri Ananta Poi Palondicar, Advocate.	Margao, Goa.
4.	Shri Vinaeca Madeva Sinai, Neurencar, Portuguese Law Diploma.	Rua D. Joao de Castro, Panjim.

S. S. Bhende, Registrar of Cooperative Societies, Goa, Daman and Diu.

Panaji, 3rd February, 1967.

Revenue Department

Directorate of Civil Administration

By order dated 4th February, 1967:

Jose Pedro Pudicénio Gonsalves, substitute President of the Managing Committee of Calapur Comunidade, is relieved at his request.

Henrique Manuel Antonio Gonsalves is appointed substitute President of the Managing Committee of Calapur Comunidade.

Directorate of Civil Administration Services, at Panjim, 8th February, 1967. — The Director, D. K. Das.

«Revenue Department»

Direcção de Administração Civil

Por portaria de 4 de Fevereiro de 1967:

José Pedro Pudicénio Gonsalves — exonerado, a seu pedido, do lugar de presidente substituto da comissão administrativa da comunidade de Calapur.

Henrique Manuel António Gonsalves — nomeado presidente substituto da comissão administrativa da comunidade de Calapur.

Direcção dos Serviços de Administração Civil, em Pangim, 8 de Fevereiro de 1967. — O Director, D. K. Das.

Office of the Chief Electoral Officer

Notification

RQN/PVL/ELN/66

In exercise of the powers conferred by Section 166 of the Representation of the People Act, 1951, the Administrator of Goa, Daman and Diu hereby directs that any power conferred or any duty imposed upon him by Sections 160, 162, 163, 164, and 165 of the said Act, shall also be exercised and discharged by the Collectors of Goa and Daman and the Civil Administrator of Diu within the limits of their respective jurisdictions.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Chief Electoral Officer and Law Secretary, Panaji.

Panaji, 14th February, 1967.

Repartição do Oficial Chefe-Eleitoral

Despacho

RQN/PVL/ELN/66

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 166.º do «Representation of the People Act, 1951», o Administrador de Goa, Damão e Diu, determina que todos os poderes ou funções que lhe são conferidos ou atribuídas pelos artigos 160.º, 162.º, 163.º, 164.º, e 165.º da citada lei, serão também exercidos e desempenhados pelos Collectors de Goa e Damão e Administrador Civil de Diu, dentro dos limites da respectiva jurisdição.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Oficial Chefe-Eleitoral e Secretário de Justiça, Panaji.

Panaji, 14 de Fevereiro de 1967.

Law Department

Office of the Registers and Notary Services

Order

RC/23/67

Whereas Shri Aleixinho Faustino Costa, resident of Majorda, has applied to the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu, to change the name of his minor son Orlando Eutropio Albano da Costa into Albino da Costa;

Whereas all legal provisions earmarked for the purpose in nos. 1 to 3 of article 178 of the Civil Registration Code, have been complied with;

Departamento de Justiça

Repartição dos Registos e do Notariado

Portaria

RC/23/67

Tendo Aleixinho Faustino Costa, residente em Majordá, requerido ao Governo, a mudança do nome do seu filho menor Orlando Eutrópio Albano da Costa para Albino da Costa;

Atendendo a que foram cumpridas todas as formalidades legais, para esse fim designadas nos n.ºs 1.º a 3.º do artigo 178.º do Código do Registo Civil;

Shri Aleixinho Faustino Costa, resident of Majorda, in accordance with no. 4 of article 178 of the Civil Registration Code, is hereby authorized to change the name of his minor son Orlando Eutropio Albano da Costa into Albino da Costa and thereby publish this Order in the Government Gazette. He should apply to make the necessary change in the respective birth register.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Law Secretary.

Panaji, 1st March, 1967.

Order

RC/25/67

Whereas Smt. Anunciação Estevão Pereira, resident at Margão, has applied to the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu, to change her name Anunciação Estevão Pereira into Filomena Estevão Pereira;

Whereas all legal provisions earmarked for the purpose in nos. 1 to 3 of article 178 of the Civil Registration Code, have been complied with;

Smt. Anunciação Estevão Pereira, resident at Margão, in accordance with no. 4 of article 178 of the Civil Registration Code, is hereby authorized to change her name Anunciação Estevão Pereira into Filomena Estevão Pereira and thereby publish this Order in the Government Gazette. She should apply to make the necessary change in the respective birth register.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Law Secretary.

Panaji, 4th March, 1967.

Industries and Labour Department

Order

LC/6/67/400

The following Resolution from the Government of India, Ministry of Labour, Employment & Rehabilitation Department of Labour & Employment is hereby republished for the information of all concerned.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

B. K. Chougule, Secretary, Industries and Labour Department.

Dated, 18th February, 1967.

Resolution

36/14/66-I&E

The Government of India have decided to set up a National Commission on Labour consisting of the following:

I — Chairman:

Shri P. B. Gajendragadhar.

II — Members:

1. Shri Naval H. Tata.
2. Shri N. K. Jalan.
3. Shri P. R. Ramakrishnan, M. P.
4. Shri G. D. Khandelwal.
5. Shri S. R. Vasavada.
6. Shri S. Dange.
7. Shri G. Ramanujam.
8. Shri Manohar Kotwal.
9. Shri R. K. Malviya.
10. Shri Ramanand Das.
11. Shri Raja Ram Shastri.
12. Dr. B. N. Ganguli.
13. Shri B. N. Datar (Member-Secretary).

É autorizado Aleixinho Faustino Costa, residente em Majorda, de harmonia com o disposto no n.º 4.º do artigo 178.º do Código do Registo Civil, a mudar o nome do seu filho menor Orlando Eutropio Albano da Costa para Albino da Costa e bem assim a publicar no *Boletim Oficial* a presente portaria, devendo solicitar o competente averbamento no respectivo registo de nascimento.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Daman e Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Secretário de Justiça.

Panaji, 1 de Março de 1967.

Portaria

RC/25/67

Tendo Anunciação Estevão Pereira, residente em Margão, requerido ao Governo, a mudança do seu nome Anunciação Estevão Pereira para Filomena Estevão Pereira;

Atendendo a que foram cumpridas todas as formalidades legais, para esse fim designadas nos n.ºs 1.º a 3.º do artigo 178.º do Código do Registo Civil;

É autorizada Anunciação Estevão Pereira, residente em Margão, de harmonia com o disposto no n.º 4.º do artigo 178.º do Código do Registo Civil, a mudar o seu nome Anunciação Estevão Pereira para Filomena Estevão Pereira e bem assim a publicar no *Boletim Oficial* a presente portaria, devendo solicitar o competente averbamento no respectivo registo de nascimento.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Daman e Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Secretário de Justiça.

Panaji, 4 de Março de 1967.

Departamento de Indústrias e Trabalho

Portaria

LC/6/67/400

Para conhecimento geral a seguir se torna a publicar a resolução do Ministério de Trabalho, Emprego e Reabilitação, Departamento de Trabalho e Emprego, do Governo da Índia.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Daman e Diu.

B. K. Chougule, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Data, 18 de Fevereiro de 1967.

Resolução

36/14/66-I&E

O Governo da Índia resolveu instituir uma Comissão Nacional de Trabalho composta dos seguintes:

I — Chairman:

Sr. P. B. Gajendragadhar.

II — Vogais:

1. Sr. Naval H. Tata.
2. Sr. N. K. Jalan.
3. Sr. P. R. Ramakrishnan, M. P.
4. Sr. G. D. Khandelwal.
5. Sr. S. R. Vasavada.
6. Sr. S. A. Dange.
7. Sr. G. Ramanujam.
8. Sr. Manohar Kotwal.
9. Sr. R. K. Malviya.
10. Sr. Ramanand Das.
11. Sr. Raja Ram Shastri.
12. Sr. B. N. Ganguli.
13. Sr. B. N. Datar (vogal-secretário).

2. The terms of reference of the Commission will be as follows:

(1) To review the changes in conditions of labour since independence and to report on existing conditions of labour.

(2) To review the existing legislative and other provisions intended to protect the interest of labour, to assess their working and to advise how far these provisions serve to implement the Directive Principles of State Policy in the Constitution on labour matters and the national objectives of establishing a socialist society and achieving planned economic development.

(3) To study and report in particular on —

- (i) the levels of workers' earnings, the provisions relating to wages, the need for fixation of minimum wages including a national minimum wage, the means of increasing productivity, including the provision on incentives to workers;
- (ii) the standard of living and the health, efficiency, safety, welfare, housing, training and education of workers and the existing arrangements for administration of labour welfare — both at the Centre and in the States;
- (iii) the existing arrangements for social security;
- (iv) the state of relations between employers and workers and the role of trade unions and employers' organisation in promoting healthy industrial relations and the interests of the nation;
- (v) the labour laws and voluntary arrangements like the Code of Discipline, Joint Management Councils, Voluntary Arbitration and Wage Boards and the machinery at the Centre and in the States for their enforcement;
- (vi) measures for improving conditions of rural labour and other categories of unorganised labour; and
- (vii) existing arrangements for labour intelligence and research,

and

(4) To make recommendations on the above matters.

Note. — For the purposes of the Commission's work the terms «labour» and «workers» will include, in addition to rural labour, all employees covered by the Industrial Disputes Act, 1947.

3. The Commission will make its recommendations as soon as practicable. It may, if it deems fit, submit interim report(s) on any specific problem(s).

4. The Commission will devise its own procedure. It may call for such information and take such evidence as it may consider necessary. The Ministries/Departments of the Government of India will furnish such information and documents and render such assistance as may be required by the Commission.

4. The Government of India trust that the State Governments/Administrations of Union Territories, public sector undertakings, organisations of employers and workers and all other concerned organizations will extend to the Commission their fullest cooperation and assistance.

P. C. MATHEW

Secretary to the Government of India.

Dated, 12th December, 1966.

Notification

LC/21/67

In exercise of the powers conferred by sub-section (1) of Section 4 of the Motor Transport Workers Act, 1961 (Central Act 27 of 1961) the Government of Goa, Daman and Diu is pleased to appoint Shri S. R. Lotlikar, Labour Inspector, Panaji, as the Inspector for the purposes of this Act for the Union Territories of Goa, Daman and Diu.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

B. R. Basu, Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 29th March, 1967.

2. Competirá a mesma comissão o seguinte:

(1) Rever as mudanças nas condições de serviço desde a Independência e submeter um relatório sobre as actuais condições de serviço;

(2) Rever as existentes disposições legais destinadas a proteger os interesses de trabalho, apurar a sua actuação e aconselhar até que ponto as mesmas servem para que sejam cumpridas as directrizes da política do Estado na Constituição, em matéria do trabalho e os objectivos nacionais de estabelecer uma sociedade socialista e alcançar o desenvolvimento económico conforme os planos.

(3) Fazer um estudo e submeter relatórios especialmente sobre os seguintes aspectos:

- (i) o nível dos salários dos operários, as disposições relativas a salários, a necessidade de se fixar salários mínimos, incluindo o salário nacional mínimo, os meios para aumentar a produtividade, incluindo a disposição sobre estímulo aos operários;
- (ii) o nível de vida e a saúde, eficiência, segurança, bem-estar, acomodação, treino e educação dos operários e os arranjos existentes para administração dos centros de bem-estar dos operários — tanto no Centro como nos Estados;
- (iii) os existentes arranjos para segurança social;
- (iv) o estado das relações entre os patrões e os empregados e o papel desempenhado pelas uniões de trabalho e associações de patrões no sentido de promover boas relações industriais no interesse da nação;
- (v) as normas relativas ao trabalho e arranjos voluntários como o código de disciplina, reuniões de gerência conjunta, arbitragem voluntária e comissão de salários e as organizações no Centro e nos Estados para o seu cumprimento;
- (vi) medidas para melhorar as condições de trabalho rural e outras categorias de trabalho não-organizado; e
- (vii) arranjos existentes para estudos e pesquisas sobre o trabalho

e

(4) Fazer recomendações sobre os seguintes assuntos:

Observação: Para os fins do trabalho da Comissão, os termos «trabalho» e «operários» incluirão, além do trabalho rural, todos os empregados sob o âmbito do «Industrial Disputes Act, 1947».

3. A Comissão fará as recomendações logo que seja viável. Caso achar, poderá também submeter relatórios periódicos sobre determinado assunto.

4. A Comissão delineará o seu próprio programa de trabalho. Poderá procurar obter qualquer informação ou prova que achar necessária. Os Ministérios e Departamentos do Governo da Índia fornecerão os pormenores e documentos e prestarão a assistência que a Comissão necessitar.

5. O Governo da Índia espera que os Governos e Administrações dos Territórios da União, empresas do sector público, organizações de patrões e empregados e todas as demais organizações interessadas darão a mesma Comissão toda a sua cooperação e ajuda.

P. C. MATHEW

Secretário do Governo da Índia.

Data, 12 de Dezembro de 1966.

Portaria

LC/21/67

No uso das faculdades conferidas pelo § 1.º do artigo 4.º do «Motor Transport Workers Act, 1961, (Central Act 27 of 1961)», o Governo de Goa, Damão e Diu nomeia o Inspector do Trabalho, Panaji, Sr. S. R. Lotlikar, Inspector para os fins do citado Act, para os territórios da União de Goa, Damão e Diu.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

B. R. Basu, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 29 de Março de 1967.

Notification

LC/5/67

In exercise of the powers conferred by sub-section 3 of Section 14 of the Payment of Wages Act, 1936 (IV of 1936), the Govt. of Goa, Daman and Diu is pleased to appoint Shri S. R. Lotlikar, Labour Inspector, Panaji, as the Inspector for the purposes of this Act for the Union Territories of Goa, Daman and Diu.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

B. R. Basu, Secretary, Industries and Labour Department,
Panaji, 29th March, 1967.

Order

LC/6/67/653

The following resolution from the Government of India, Ministry of Labour, Employment & Rehabilitation (Department of Labour & Employment) New Delhi is hereby republished for the information of all concerned.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

B. R. Basu, Secretary, Industries and Labour Department,
Dated: March 18, 1967.

Resolution

WB-13(11)/66

Dated: New Delhi, the 16th December, 1966

A Central Wage for the leather and leather goods industry was constituted by the Government of India by their Resolution No. WB-19(2)/65 dated the 21st March, 1966. The Wage Board has made recommendations, as shown in the appendix, for grant of Interim Relief.

2. Government have decided to accept the recommendations of the Wage Board and to request the concerned employers to implement the same as early as possible.

HANS RAJ CHHABRA

Under Secretary to the Govt. of India.

Unanimous decision of the Central Wage Board for Leather and Leather Goods Industry on the grant of Interim Relief

At the Meeting of the Central Wage Board for Leather and Leather Goods Industry held at No. 5, Venkatanarayana

Portaria

LC/5/67

No uso das faculdades conferidas pelo § 3.º do artigo 14.º do «Payment of Wages Act, 1936 (IV of 1936)», o Governo de Goa, Damão e Diu, nomeia o Inspector de Trabalho, Sr. S. R. Lotlikar, Inspector para os fins do citado Act para os territórios da União de Goa, Damão e Diu.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

B. R. Basu, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 29 de Março de 1967.

Road, T. Nagar, Madras, on the 28th October, 1966, under the Chairmanship of Shri M. Sriramamurty, it was unanimously decided to recommend the grant of Interim Relief to the Workers in the Leather and Leather Goods Industry as follows:

«The workers getting as on 1st October, 66 wages (i.e. basic plus D. A., or a consolidated wage), in the wage range mentioned in items, in column 1 below, be paid Interim Relief as shown against each item in column 2 below:

Column 1

Column 2

- | | |
|---|---|
| 1. Upto and inclusive of Rs. 75/- p.m. | Rs. 12.50/- p.m., subject to limitations that no worker gets as a result of this recommendation more than Rs. 85/- per month. |
| 2. Above Rs. 75 p.m., but not more than Rs. 150/-p.m. | Rs. 6/- p.m. subject to a minimum of Rs. 85/-p.m. |
| 3. Above Rs. 150/- p.m. and upto Rs. 500/-p.m. | Rs. 5/- p.m., subject to a minimum of Rs. 156/- p.m. |

The above shall be subject to the following terms:

- (i) The Interim Relief shall take effect from 1-10-66.
- (ii) The Interim Relief which is only ad hoc will be in force till adjusted against the final recommendations of the Wage Board.

M. SRIRAMAMURTY,

Chairman

Central Wage Board for Leather & Leather Goods Industry.